

sabe se pertencem à natureza da mulher. A isso respondo: tanto faz. De qualquer maneira elas estão aí e tornaram-se uma segunda natureza e devem ser valorizadas como uma segunda natureza” (p. 20-21).

Se Marcuse procede da mesma maneira em sua aposta na vitória de Eros, da vida e do amor, através do estabelecimento de uma sociedade emancipada, é por conceber uma história aberta, em que

esta aposta pode ser feita – uma lição importante nestes tempos de passividade e conformismo. Sua antropologia é a única que, incorporando o legado de Freud sem traí-lo, permite que visualizemos uma ordem social que deixe de se basear na repressão, uma sociedade fundada no tempo livre no qual as potencialidades humanas possam ser desenvolvidas e realizadas.

Adalberto Paranhos

O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil.

Boitempo Editorial, 1999.

Lucília de Almeida Neves (professora da PUC, Minas Gerais)

A produção historiográfica brasileira sobre o período do Estado Novo é bastante ampla. Na verdade, não só historiadores, mas cientistas políticos, sociólogos e antropólogos têm se dedicado a interpretar o período sob os mais variados ângulos. Proliferam títulos que abordam a referida conjuntura através de análises que tratam do pensamento autoritário gestado e consolidado nos anos Vargas, da questão nacional, da censura, da literatura, do projeto cultural do governo, do planejamento e intervencionismo econômico do Estado, da relação do governo com as diferentes classes sociais, da propaganda estado-novista, da atuação do aparelho coercitivo do Estado, dentre tantos outros temas que compõem um instigante caleidoscópio de realidades múltiplas e integrantes de um período histórico essencial ao entendimento da realidade

republicana brasileira no presente século.

Portanto, escrever sobre o primeiro governo Vargas e, em especial, sobre o Estado Novo, é um desafio real. Corresse, no mínimo, o risco de a abordagem se constituir em um texto recorrente, se não repetitivo. Paranhos não se recusou a enfrentar esse desafio. E o fez com especial renovação e consistência analítica. Seu livro *O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, revisita um tema já explorado, inclusive por algumas obras que se tornaram clássicas.¹ Sua abordagem, contudo, é criativa, instigante e polêmica, trazendo nova contribuição para um melhor e mais embasado conhecimento histórico sobre a obra de Vargas e sobre seu legado para os tempos históricos que sucederam seu primeiro governo como presidente da República brasileira.

¹ Neste caso específico é fundamental a referência ao livro de Ângela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

São duas as melhores surpresas do texto, sem excluir, além disso, a limpidez, o estilo e a fluência da redação que tornam a leitura do livro bastante agradável.

Em primeiro lugar, há que se aludir ao referencial teórico que sustenta do princípio ao fim as análises que compõem o conjunto do livro. Retomando autores e conceitos clássicos do marxismo, Paranhos leva-os a dialogar com novos conceitos criados pela renovação historiográfica que marcou o século XX. Dessa forma, seu campo teórico principal é o do marxismo, traduzido pela presença constante desde a introdução do livro até as suas considerações finais de conceitos tais como: estado, classes sociais, lutas de classes, hegemonia, ideologia. Na verdade, o suporte teórico principal do texto é gramsciano. Incorpora de Gramsci aquilo que ele tem de mais inovador em relação ao próprio marxismo, ou seja, uma abordagem que elege o terreno da política como sendo um espaço fundamental de conflitos, de construção de consensos, de realização da hegemonia e de reprodução da ideologia.

Quanto aos autores cujo campo de análise não é prioritariamente marxista, busca contribuições em Roger Chartier, Roland Barthes, Michel Foucault e Carlo Ginsburg. Desses autores destacam-se principalmente duas contribuições: sobre o conceito de mito, buscada em Barthes, e sobre o de circularidade cultural, fortemente inspirada em Ginsburg.

Em segundo lugar, cabe destacar a utilização criativa de metáforas, a começar pelo próprio título – *O roubo da fala* – e de letras de músicas da época. São palavras ou versos musicais que retratam, através da arte popular, o processo de grande transformação por que pas-

sava o Brasil nos anos trinta: modernização, industrialização, disciplinarização do trabalho, forte sentimento de hierarquia, construção de um projeto de forte identidade nacional... Tudo isso alimentando um processo histórico dinâmico, que se recriava dialeticamente no cotidiano da história, e que considerava como um de seus sujeitos históricos mais ativos as diferentes classes sociais que se relacionavam naquela conjuntura específica. Classes sociais que terão no Estado não só um arguto interlocutor, mas principalmente um ágil sujeito, capaz de incorporar às políticas públicas a voz dos trabalhadores. De fato, para Paranhos, o governo Vargas reconheceu e considerou as reivindicações operárias, mas delas se apropriou, “redirecionando-as” – como elementos integrantes a um projeto econômico que não foi espelho fiel de suas reivindicações.

Após as considerações tecidas, que tratam de aspectos constantes de todo o livro, cabe analisar o que se constitui no ponto nevrálgico, central da hipótese de Paranhos, em torno da qual constrói uma gama de argumentações destinadas a dar-lhe maior consistência. Em resumo, a idéia central do autor refere-se à questão ideológica, que por si mesma se constitui uma tarefa árdua em sua abordagem, pois o terreno da ideologia pode se tornar fluido e escorregadio, caso não venha a ser tratado com a consistência teórica que um assunto tão complexo e controvertido requer.

Para o autor, a ideologia do trabalhismo, fundamento maior da construção do mito varguista, não surgiu como um passe de mágica na década de 30. Muito menos se constituiu a partir de um ímpeto criativo de Vargas e dos intelectuais or-

gânicos autoritários que alimentaram o governante de novas idéias sobre nação, hierarquia, disciplina, centralização, antiliberalismo, valor do trabalho e modernização. Sua origem, como já anteriormente afirmado por Gomes, em obra citada nesta resenha, retoma décadas anteriores. Cabe lembrar que, entre 1910 e 1914, os anarquistas tiveram forte presença nas lutas do nascente operariado brasileiro, e que na década de 20, os comunistas, embalados pelo êxito da Revolução Russa de 1917, tornaram-se especialmente reivindicativos. Em decorrência, em ambos os períodos as lutas do movimento operário, apesar de restritas a algumas cidades do país, alcançaram efetiva repercussão. Além disso, trabalhadores, que se inspiravam no trabalhismo inglês e na possibilidade de uma terceira via, também levantaram, mesmo que de forma mais suave, sua voz. Paranhos, conseguiu captar muito bem o significado histórico desses movimentos e concluiu que a ideologia do trabalhismo, que foi elaborada e reelaborada, conforme o movimento da história, ao longo dos quinze anos do primeiro governo Vargas, incorporou e se apropriou do discurso ideológico das classes dominadas, tanto no período que precedeu a chegada de Getúlio Vargas ao poder, quanto no decorrer do próprio governo Vargas.

Dessa forma, como afirma Caio Navarro de Toledo no Prefácio ao livro, a ideologia do trabalhismo é identificada pelo autor como “uma fala roubada aos trabalhadores na medida em que é o resultado de um processo de assimilação/apropriação/ressignificação da produção simbólica e ideológica das classes trabalhadoras”. Todavia, Paranhos não apre-

senta um entendimento simplista e linear de que ideologia é tão-somente manipulação e apropriação. Entende que o “trabalhismo é um eco distorcido do movimento operário”, visando alcançar a paz social necessária à implementação do processo de modernização industrializante que o governo projetava para o Brasil naqueles anos. Mas entende também que sem ganhos efetivos, sem materialização de conquistas que signifiquem melhorias nas condições de vida, não há como se consolidar ideologias na mente da população trabalhadora e muito menos não há como se reproduzir a própria ideologia, ou até mesmo torná-la hegemônica.

Para desenvolver esse raciocínio, busca inspiração no conceito de circularidade de Ginsburg e afirma que há uma permanente influência das ideologias das classes dominadas na produção das ideologias dominantes. Não só no terreno da apropriação de conceitos, mas também no de atendimento a determinadas demandas. Com certeza, em nosso entendimento, somente assim é possível construir-se algum tipo de legitimidade governamental junto aos governados. Assim o foi com Vargas. Na verdade, o mito da doação, fundamento maior do que se pode denominar de *trabalhismo getulista*, só alcançou eficácia pois, como bem diz Paranhos, não atuou no vazio. Direitos foram concedidos, mesmo que o governo tenha buscado, e muitas vezes conseguido, transformá-los em instrumento de tutela.

O autor abre a introdução de seu livro com um belo cartão de visita: a letra da música *Três apitos*, de Noel Rosa. Trata-se de um poema da música popular brasileira que aparentemente fala sobre um amor pouco correspondido, mas que na

verdade retrata com maestria o cotidiano de urbanização e industrialização do país nos anos 30. Retrata também a hierarquização e a disciplinarização integrantes dessa nova faceta industrializada do país. Um país que não está à deriva, que “ganhou” novas leis de proteção ao trabalho, leis que, além de sua eficácia econômica, têm um efetivo poder de sedução sobre uma população até então desamparada e sujeita às oscilações do mercado.

Na própria introdução, Paranhos apresenta uma visão do movimento da história bastante perspicaz: a de um processo permeado por conflitos e em permanente construção. Dessa forma, o trabalhismo gestado ao longo dos anos 30 alcançará, para o autor, eficácia maior nos primeiros anos da década de 40, após um período em que se constituiu como uma “obra aberta”, esculpida pelo movimentar incessante do próprio processo histórico. Essa proposição é retomada com maior densidade no capítulo II, que é precedido, no capítulo I, por um belo estudo sobre a ideologia autoritária (diga-se a obra de Azevedo Amaral e outros intelectuais orgânicos do autoritarismo). No capítulo III o autor analisa o caráter mobilizador/imobilizador da ideologia trabalhista e no capítulo IV desenvolve o que se pode considerar a essência de sua argumentação, ou seja, analisa os princípios e fundamentos da ideologia trabalhista.

Como se não bastasse, tece, nas considerações finais, através de uma análise da bibliografia sobre o tema, densas críticas a alguns autores, que incorrem no que considera os principais equívocos presentes em inúmeras obras que se dedicaram a analisar o trabalhismo e o Estado Novo. Ou seja, Paranhos discorda de historiadores e cientistas políticos que identificam a classe operária dos anos 30 e 40 como silenciosa, presa à manipulação governamental, incapaz de esboçar qualquer resistência, marcada por uma ausência de história própria. Em suma, podemos concluir que, ao finalizar seu livro, destaca uma interpretação, com a qual compartilhamos integralmente, de que a classe operária, através da circularidade/troca de influências com o Estado, foi sujeito histórico presente no cenário político nacional. Em decorrência, foi altamente considerada por um governo que, paradoxalmente, teve como sua marca maior o autoritarismo.

Por fim, vale ressaltar que as análises de Paranhos vêm acrescentar novas luzes ao que de melhor se tem publicado sobre os anos 30 e sobre o trabalhismo, destacando-se os trabalhos de Maria Célia Paoli², Jorge Ferreira³, Maria Helena Capelato⁴ e o já citado livro, *A invenção do trabalhismo* de Ângela de Castro Gomes.

Para finalizar, retomaremos análise

² Paoli, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos na fala dos outros” in Lopes, José Sérgio Leite (coord.) *Cultura e identidade operária*. São Paulo, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1987.

³ Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular*. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 1997.

⁴ Capelato, Maria Helena. *Multidões em cena – propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998.

do próprio Paranhos sobre o trabalhismo. O autor considera que por sua dimensão e repercussão constituiu-se como uma “*re-
ligião civil*”. Marcada por paradoxos, a ideologia do trabalhismo apresentava

duplicidade: imobilizava e chamava à mobilização. Marcou, todavia, de forma peculiar um tempo histórico no qual o Estado não pôde fechar seus ouvidos às vozes do trabalho.

Carlos Eduardo Jordão Machado

Um capítulo da história da modernidade estética: debate sobre o expressionismo. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

Fernanda Pitta (doutoranda do IFCH, Unicamp).

O livro de Carlos Eduardo Jordão Machado faz uma reconstrução esmerada do debate em torno do expressionismo alemão, ocorrido nos anos de ascensão do nazismo imediatamente precedentes à eclosão da II Guerra Mundial. A partir das posições e argumentos de seu mais importante crítico, Georg Lukács, de defensores como Ernest Bloch, além de partidários das vanguardas como Bertolt Brecht, e de Walter Benjamin, o autor expõe em detalhes as ambigüidades e pontos cegos deste que é um dos mais significativos movimentos das vanguardas históricas – talvez aquele que melhor expressa a complicada relação entre arte e política na modernidade.

No Expressionismo, propostas estéticas e ideológicas opostas se mesclaram num caldo explosivo. O que Machado faz, apoiado em textos que traduziu atentamente (que, por sua importância, já valeriam o livro), é um ótimo trabalho de reconstrução histórica, preocupando-se em explicar conceitos e posições estéticas e teóricas, evitando tratar o momento histórico em que eles surgem como mero “contexto” decorativo.

A posição desses autores foi orques-

trada por Machado para explicar os antecedentes da polêmica em torno do expressionismo na revista *Das Vort*, iniciada em 1937 por Klaus Mann, com o artigo intitulado o “Caso Benn”. Nessa disputa, que se estende por vários números da revista e conta com diversos interlocutores, alguns representantes da esquerda alemã condenaram o expressionismo por acreditarem que ele compartilhava o mesmo espírito do fascismo. Outros repreenderam especificamente as tentativas feitas por intelectuais alemães, especialmente Gottfried Benn, mas também Stefan George, de aproximar o expressionismo ao nazismo, justamente no momento em que a arte expressionista era estigmatizada como “arte degenerada”.

Outra ala da esquerda sai em defesa do movimento ou por considerá-lo essencialmente antifascista, lembrando que participantes como Brecht, Wolf e Zech tornaram-se antifascistas radicais, afirmando que o expressionismo não poderia ser pensado fora do contexto das vanguardas européias ou separado de sua oposição à guerra e sua luta pela democracia. Faz-se também a defesa de seu anticapitalismo, do espírito de revolta e crítica.

NEVES, Lucília de Almeida. Resenha de: PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala – origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 144-148.

Palavras-chave: Estado Novo; Governo Vargas; Trabalhismo.